



03/10/2024

Número: 0600561-87.2024.6.05.0162

Classe: **REPRESENTAÇÃO**
Órgão julgador: **162ª ZONA ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE BA**
Última distribuição : **03/10/2024**
Valor da causa: **R\$ 0,00**
Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta**
Segredo de Justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MARIVALDO CRUZ DO AMARAL (REPRESENTANTE)	
	LUAN DE JESUS DOS SANTOS (ADVOGADO)
ROSANGELA VALENTIM DE JESUS (REPRESENTADA)	
CORAGEM PARA MUDAR [PSD/Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV)/Federação PSOL REDE(PSOL/REDE)] - SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA (REPRESENTADO)	

Outros participantes	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
125003646	03/10/2024 17:48	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL
162ª ZONA ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE BA

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600561-87.2024.6.05.0162 / 162ª ZONA ELEITORAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE BA

REPRESENTANTE: MARIVALDO CRUZ DO AMARAL

Advogado do(a) REPRESENTANTE: LUAN DE JESUS DOS SANTOS - BA69317

REPRESENTADA: ROSANGELA VALENTIM DE JESUS

REPRESENTADO: CORAGEM PARA MUDAR [PSD/FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC DO B/PV)/FEDERAÇÃO PSOL REDE(PSOL/REDE)] - SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de **Representação Eleitoral com pedido de tutela antecipada**, ajuizada por Marivaldo Cruz do Amaral contra Rosangela Valentim de Jesus, em razão de suposta divulgação de pesquisa eleitoral fraudulenta em rede social, sem o devido registro e que, conforme alegado, não corresponde à realidade.

O Ministério Público Eleitoral, em parecer exarado nos autos, opinou **favoravelmente ao deferimento do pedido liminar** para a retirada imediata do conteúdo, sob o argumento de que se encontram presentes os requisitos para a concessão da medida antecipatória, a fim de evitar danos ao equilíbrio do pleito eleitoral.

É o relatório. DECIDO.

Fundamentação

De acordo com o artigo 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

No caso dos autos, verifico que a Representada divulgou em suas redes sociais uma suposta pesquisa eleitoral, sem o devido registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e sem mencionar a fonte que comprovaria a veracidade dos dados. Consta nos autos documentação que demonstra a ausência de pesquisa que confirme a liderança da Representada, o que evidencia a probabilidade do direito alegado pelo



Representante, sendo assim demonstrada a verossimilhança das alegações.

Além disso, o perigo na demora está caracterizado pela proximidade do pleito eleitoral, que ocorrerá nos próximos dias, o que reforça a necessidade de atuação célere deste Juízo para evitar desequilíbrio no processo eleitoral.

Ante o exposto, **DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA**, com base no parecer do Ministério Público Eleitoral e no artigo 300 do Código de Processo Civil, para determinar que a Representada:

Remova imediatamente a postagem mencionada na inicial, constante no link: <https://www.instagram.com/reel/DAoqYZZBSsT/?igsh=MWtpczY4ZTZ4dXRoZA==>, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de descumprimento; Abstenha-se de publicar ou divulgar qualquer conteúdo semelhante em suas redes sociais ou em qualquer outro meio de comunicação, sob as mesmas penalidades previstas. Intimem-se as partes. Notifique-se a representada para apresentar defesa, no prazo legal. Após, intime-se o Ministério Público Eleitoral para, querendo, apresentar parecer acerca do mérito.

Cumpra-se com urgência.

São Francisco do Conde, 03 de outubro de 2024

Ana Cláudia Rocha Sena

Juíza Eleitoral

